

Espaço aberto



- **Enrique Gallicchio - Governabilidade, desenvolvimento econômico e capital social no território**
- **@local.glob - Opiniões e colaborações**
- **Resenha - Relatório OIT - Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos**
- **Organismos Internacionais - As Nações Unidas e o desenvolvimento local**
- **O Programa Delnet**

O desenvolvimento local: como combinar governabilidade, desenvolvimento econômico e capital social no território

Enrique Gallicchio
Diretor do Programa de Desenvolvimento Local do
Centro Latino-Americano de Economia Humana (CLAEH), Uruguai

Resumo do artigo publicado em: [Cuadernos del CLAEH N. 89, Montevideo, janeiro de 2005](#)
Versão completa pode ser solicitada em: quique@clae.org.uy

O artigo está baseado nas atividades levadas a cabo pelo autor, a partir do Programa de Desenvolvimento Local do Centro Latino-Americano de Economia Humana (CLAEH) e das atividades em redes latino-americanas, especialmente as da ALOP (Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção) e RIA-DEL (sigla em espanhol para Rede de Pesquisa e Ação para o Desenvolvimento Local).

Versa sobre cinco tópicos referidos ao desenvolvimento local:

- 1. Por que razão hoje se fala tanto sobre o desenvolvimento local na América Latina? - Como devemos defini-lo?**
- 2. Seis formas parciais de ver o desenvolvimento local**
- 3. As estratégias de ação: Governança, Emprego, Capital Social**
- 4. Avaliação dos processos de desenvolvimento local latino-americanos**
- 5. O papel da cooperação internacional**

- 1. Por que razão hoje se fala tanto sobre o desenvolvimento local na América Latina? - Como devemos defini-lo?**

O desenvolvimento local está “na moda” na América

Latina. Várias pessoas, instituições e governos com características muito diferentes mencionam-no como um dos principais temas das suas agendas. Ao mesmo tempo é evidente que o desenvolvimento local e a descentralização são termos usados com objetivos e conteúdos divergentes. Este texto visa progredir em direção ao estabelecimento do que deveríamos entender por desenvolvimento local desde uma agenda construída pelas sociedades latino-americanas.

A América Latina está fortemente impactada pela globalização, com importantes crises sociais, econômicas e políticas, fustigada por tentativas de reformas estruturais de cunho neoliberal inspiradas no consenso de Washington, que não puderam reduzir a pobreza nem a desigualdade, nem mesmo melhorar a qualidade de vida da maioria da população. A América Latina hoje conta com o maior número de pobres da sua história e o acesso à educação e ao emprego é bastante restrito. Como Alberto Enriquez¹ sublinha: “Apesar de não sermos os mais pobres, somos o continente com a maior brecha entre ricos e pobres, o continente líder em desigualdades sociais e desequilíbrios territoriais, e com incríveis iniquidades de gênero, idade e etnia. Esta situação dá sentido à rediscussão dos modelos de desenvolvimento, ao desenvolvimento local e à descentralização como alternativas.”

Por outro lado, há aspectos positivos: processos demo-

¹ Enriquez, Alberto. “Desarrollo Local: hacia una nueva forma de desarrollo nacional y centroamericano”. *Alternativas para el Desarrollo* No. 80. FUNDE. San Salvador, El Salvador, dezembro de 2003. Enriquez, Alberto e Gallicchio, Enrique. “Gobernanza y Desarrollo Local”. Documento apresentado na Escola de Verão MOST-UNESCO, organizado por CLAEH. Punta del Este, Uruguai, outubro de 2003.

cráticos em andamento, novos movimentos sociais nacionais e regionais (Fórum Social, mulheres, movimento dos sem-terra, envolvimento em fóruns) e uma riqueza de experiências de caráter social e de base local de grande envergadura. Os atores sociais, econômicos e políticos, sobretudo os de base territorial, elaboram e discutem suas alternativas perante esta situação.

Trata-se de um dilema para todos os atores, desde os partidos políticos, os atores sociais, o setor privado, até às agências multilaterais, que propõem diversas soluções nas quais o desenvolvimento local, a descentralização e a participação são um denominador comum. O desenvolvimento local como fator de democracia e desenvolvimento sustentável não surge por acaso, mas sim como resultado da atual situação e como um caminho diferente e alternativo de desenvolvimento nacional e regional.

A situação social e política na América Latina requer novas alternativas de desenvolvimento, e o desenvolvimento local e a descentralização parecem ser a nova panacéia em vários discursos. Sob tais denominações, porém, concentram-se inúmeras experiências de índoles muito diversas, desde as instrumentais até as de construção de capital social. Existe, sem dúvida, certo desacordo acerca do uso e da prática destas noções e formas de atuação.

Do nosso ponto de vista, o desenvolvimento local e a descentralização são ao mesmo tempo estratégias e instrumentos de desenvolvimento. Não são nem uma moda, nem um paradigma, nem uma panacéia. Seu grande potencial apóia-se no fato de que representam uma estratégia diferente para o desenvolvimento.

2. Seis formas parciais de ver o desenvolvimento local

A atuação do desenvolvimento local na América Latina é fortemente distorcida por visões que enfatizam uma das formas de o considerar. O autor identifica seis destas formas de ver o desenvolvimento local que definiram a atuação na América Latina.

- Desenvolvimento local como participação

- A visão neoliberal do desenvolvimento local
- Desenvolvimento local como municipalismo
- Desenvolvimento local como desenvolvimento econômico local
- Desenvolvimento local como ordenamento territorial
- Desenvolvimento local como forma de análise social

Termina, então, indicando que:

É evidente que se deve avançar e definir com maior clareza o que é e o que não é desenvolvimento local, mas, sobretudo, esclarecer seu sentido. Do nosso ponto de vista, cada visão abrange uma necessidade ou uma dimensão – a participação de múltiplos atores, o fortalecimento da governabilidade local, a dimensão econômica, a construção de estratégias, a ferramenta de análise. Porém, freqüentemente se falha num elemento crucial: o desenvolvimento local não é uma tecnologia a ser aplicada em qualquer circunstância.

“O desenvolvimento local não é uma tecnologia a ser aplicada em qualquer circunstância. É, antes de mais nada, uma estratégia sociopolítica de mudança.”

É, antes de mais nada, uma estratégia sociopolítica de mudança.

Para cumprir com seus objetivos, deve resolver, a partir do território, alguns aspectos que determinam seu próprio devir. Particularmente, o desafio passa por três tipos de temas:

- A potenciação de elementos já existentes (pessoas, recursos, empresas, governos, governança, projeto local);
- A obtenção de recursos externos ao território (pessoas, recursos, empresas);
- A gestão do excedente econômico produzido no território (como usamos os recursos gerados nele para melhorar a qualidade de vida dos habitantes).

Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo muito mais sociopolítico do que econômico em sentido estrito. Os desafios são muito mais de articulação de atores e capital social, do que de gestão local, o que implica:

- Uma visão de médio e longo prazo, que estabeleça o ponto de chegada e o horizonte que estipula e outorga sentido às ações de curto prazo, permitindo um progresso gradual.

- A concertação dos agentes locais com agentes regionais, nacionais e internacionais.
- A construção de um novo Estado democrático e descentralizado.
- O reconhecimento de que a realidade é diversa. Recupera-se o valor das particularidades, potencialidades e identidades territoriais. O desenvolvimento local torna-se num instrumento necessário na gestão da diferença. Os processos regionais e locais, com suas diversidades, podem e devem ser motor do desenvolvimento nacional.
- Os municípios são fonte de processos e recursos que, se se criarem as condições apropriadas, podem contribuir para o desenvolvimento nacional.

Resumindo, estamos diante de uma estratégia mais política do que estritamente técnica, e com maior necessidade de associação que de economia.

3. As estratégias de ação

Existem três elementos cruciais na hora de pensar e atuar conforme o desenvolvimento local: a governança local, regional e nacional; o desenvolvimento econômico local e o emprego; e a construção de capital social.

A governança local, regional e nacional

O desenvolvimento local melhora a governança em todos os seus níveis, basicamente porque põe o governo e o poder ao alcance das pessoas.

Um primeiro desafio está em recuperar o vínculo governo-cidadão, que é um elemento chave para a legitimidade das formas de governo que nos dermos. O diagnóstico inicial é que os desempenhos governamentais continuam sendo caracterizados, na América Latina (para concentrar-nos no nosso Continente) por crises de legitimidade e, portanto, de credibilidade. A falta de rumo, a corrupção e a ineficácia continuam sendo atributos da maioria dos governos e os métodos para paliar esta realidade ainda estão encaminhados à minimização do papel do Estado e a preponderância dos atores privados, visando diminuir o peso da ineficácia governamental e alcançar assim a governabilidade democrática proclamada. Este não é o

caminho. Como já se mostrou, uma das características do desenvolvimento local é que permite aproximar o poder à cidadania. A proximidade com os problemas e com os indivíduos encarregados de tomar decisões pode permitir uma melhoria democrática.

O artigo analisa o papel dos atores locais no processo de globalização, orientados, como mostram Brugé e Goma, por oportunidades que favorecem seu posicionamento num novo papel, mas desafiados ante a necessidade de fazerem as coisas desde uma nova lógica.

Por sua vez, reflete sobre a necessidade de políticas nacionais de desenvolvimento local. Mostra, também, que “nos encontramos diante de um duplo desafio: como se geram políticas nacionais que ofereçam enquadramento e potencializem o desenvolvimento local (a descentralização é uma das principais), e, também, como geramos nova governança democrática a nível local?”.

O desenvolvimento econômico local e seu vínculo necessário com o emprego

Neste ponto a principal tese é que, na realidade latino-americana, o desenvolvimento econômico local deve ser discutido e praticado não só na sua dimensão de crescimento, mas sim, e principalmente, como uma estratégia de criação de emprego e trabalho. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, a América Latina vive momentos dramáticos em relação aos temas que compõem a agenda de criação de emprego e seu necessário correlato: a melhoria da qualidade de vida.

Realiza um seguimento da forma de ver e realizar o desenvolvimento econômico local, fundamentalmente baseado nos trabalhos de Francisco Albuquerque, mas dá um passo em frente abrangendo temas relacionados às políticas do mercado de trabalho local. Nosso subcontinente tem presenciado diversas experiências de políticas ativas de emprego nos últimos anos, impulsionadas por vários atores. Porém, poucas delas consideraram a dimensão territorial como um dos seus elementos centrais. Muito pelo contrário: por formar parte das agendas dos organismos multilaterais, a descentralização foi vista a partir de uma lógica funcional ao modelo neoliberal, e não como um me-

“O desenvolvimento local melhora a governança em todos os seus níveis, basicamente porque põe o governo e o poder ao alcance das pessoas.”

canismo de democratização da sociedade. Em todo caso, ainda falta determinar qual pode ser o papel dos governos locais neste assunto.

A experiência européia e a latino-americana são muito diferentes neste sentido. A América Latina “entrou” no desenvolvimento econômico local, por um lado, a partir das suas próprias necessidades, e, por outro, induzida pela cooperação em prol do desenvolvimento. Frequentemente se adotou uma visão economicista (clusters, agências, competitividade, etc.) o que esbarra com a debilidade dos nossos atores e governos locais. Como contrapartida desta linha de trabalho, surgiu outra que enfatiza a integralidade dos processos de desenvolvimento. Este discurso se funda, muitas vezes, no social e não desenvolve linhas que visem melhorar a economia local. Nenhuma das duas linhas de trabalho tem sido eficaz para resolver os problemas.

A construção de capital social

A principal hipótese é que se deve trabalhar simultaneamente nos processos de desenvolvimento econômico local, nos de governabilidade local e nos de construção de capital social, entendendo-se que os primeiros são uma variável dependente dos segundos. Não haverá desenvolvimento econômico enquanto não se criarem, previamente, condições mínimas de desenvolvimento social local. Mais, não haverá desenvolvimento local sustentável sem a construção de capital social que mantenha e atribua sentido aos outros processos.

Seguindo alguns dos trabalhos de Fernando Barreiro, trata-se de avançar numa definição e ação com relação ao capital social que quebre com as visões que o vêem apenas como diminuição de custos de transação. O autor adota a definição proposta por Barreiro (2000): é um “conceito que se refere às normas, redes e organizações com as quais as pessoas acedem ao poder e aos recursos, e através dos quais se tomam decisões coletivas e se formulam as políticas. Podemos referir-nos ao capital social como ‘associações horizontais’ entre as pessoas e as redes sociais de compromisso cívico e normas coletivas que têm efeitos na produtividade da comunidade. A característica fundamental do capital social é que facilita a coordenação e a cooperação em benefício mútuo dos membros da associação”².

4. Avaliação dos processos de desenvolvimento local latino-americanos

Sobre a avaliação dos processos de desenvolvimento local latino-americanos, o artigo recupera as conclusões do livro “Território e desenvolvimento”, de Lucy Winchester e Enrique Gallicchio, que chegam à idéia da necessidade, entre outras coisas, de trabalhar mais fortemente na construção de capacidades locais e nacionais, e de gerar processos “conformes” ao desenvolvimento local, com o intuito de se avizinhar a novas estratégias de desenvolvimento territorial.

5. O papel da cooperação internacional

Finalmente, o ponto da cooperação internacional parte do princípio de que a mesma se encontra em busca de um novo paradigma. Deve partir-se da base de que, depois de várias décadas de cooperação, os programas, tal como estão concebidos, falharam. Tal como Daubon e Saunders apontam, não há provas contundentes de que ela tenha promovido o desenvolvimento econômico e social sustentavelmente nos países da América Latina. A pobreza não diminuiu e a exclusão é crescente. Os programas de apoio foram, frequentemente, mais assistencialistas do que de desenvolvimento. Apesar de se tratar de um processo dinâmico que abre espaço para novas formas de cooperar, ainda não se observam mudanças substanciais.

Conclui-se, portanto, que tanto a cooperação como os receptores da mesma devem repensar os objetivos últimos das ações realizadas, bem como as estratégias para os atingir: governança, desenvolvimento econômico local, emprego e construção de capital social. Trata-se de um vínculo duplo que deve ser rediscutido.

Finalmente, enfatiza-se que o desenvolvimento local não é, nem pode ser, um processo autárquico, mas deve articular-se com os processos nacionais de desenvolvimento. Além disso, a ação local só será útil a médio e longo prazo se a unirmos a uma ação que procure mudar as perspectivas nacionais de desenvolvimento. As políticas nacionais de desenvolvimento local devem ser um objetivo para aqueles que trabalham com desenvolvimento local e também com cooperação para o desenvolvimento. Assim, podemos dizer que o desenvolvimento local é uma estratégia mais política do que econômica ou social, estritamente falando. ■

² Barreiro, F. (2000): *Desarrollo desde el territorio. A propósito del desarrollo local*.

O leitor opina

Sua opinião, prezados leitores, é fundamental para o desenvolvimento futuro da revista **@local.glob**. Portanto, esta seção nasce como um espaço de expressão reservado para todas as pessoas que têm interesse em comunicar seu ponto de vista sobre este primeiro número e também sobre os que o seguirão.

Enviando um correio eletrônico para revista@delnetitcilo.net, os leitores poderão comunicar a sua opinião sobre os artigos apresentados, assim como sobre os temas tratados na publicação.

A disparidade de pontos de vista e o debate aberto são bem-vindos, obviamente dentro de um âmbito de respeito e espírito crítico que estimule a liberdade de expressão. Por esta razão, a equipe de redação escolherá periodicamente as opiniões a serem publicadas, com o objetivo de criar um espaço construtivo de reflexão e intercâmbio em torno dos conceitos chave e das problemáticas que afetam o mundo do desenvolvimento local.

GUIA PARA COLABORAÇÕES

Estão interessados em publicar artigos nesta revista? Por favor, leiam atentamente as instruções indicadas em seguida para que as suas contribuições sejam enviadas corretamente:

Idiomas

Serão aceitos artigos em inglês, espanhol, português, francês e italiano.

Formatos e quantidade de texto

Artigos: de 1.500 a 2.500 palavras (em formato Word)

Resenhas de livros: de 500 a 1.000 palavras (em formato Word)

Documentação de experiências: baixar o modelo de documentação disponível na [Web de Delnet](#) ou solicitá-lo em revista@delnetitcilo.net

Dados do autor/a

Junto com o artigo deve-se enviar: nome e sobrenomes do autor/a, endereço de correio eletrônico, cargo profissional e afiliação institucional. É fundamental indicar explicitamente se o conteúdo reflete o ponto de vista institucional ou exclusivamente a opinião de quem escreve.

Critérios de avaliação

O Conselho Editorial avaliará os artigos recebidos em função do conteúdo, atualidade, visão inovadora, proposta de divulgação e relação com os temas abrangidos em cada número de **@local.glob**. A equipe de redação entrará em contato para informar ao autor/a se o artigo enviado será publicado ou não.

Âmbitos temáticos

Será considerada a publicação de todos os tipos de artigos, resenhas ou experiências sobre temas, conceitos teóricos e/ou problemáticas concretas do desenvolvimento local. As contribuições escolhidas serão publicadas em função dos temas monográficos tratados em cada número da revista.

Envio de colaborações

Todas as colaborações devem ser enviadas a: revista@delnetitcilo.net

A dimensão social da globalização

Resenha do Relatório OIT:

[Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos](#)

Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 2004.¹

Introdução

O debate sobre a globalização e os equilíbrios mundiais é ao mesmo tempo intenso e fragmentado, pois as opiniões tendem a polarizar-se de acordo com critérios estritamente econômicos, políticos ou geográficos. A Organização Internacional do Trabalho propôs-se pela primeira vez no ano de 2002 abordar de forma sistemática a dimensão “social” da globalização, constituindo uma Comissão Mundial que explorasse métodos e ações duradouras para combinar objetivos econômicos, sociais e meio ambientais com o propósito de que os benefícios dos novos equilíbrios mundiais alcancem a um maior número de pessoas.

Num relatório de 185 páginas, a Comissão denuncia o atual processo de globalização devido ao fato de não saber produzir resultados iguais entre os países e dentro deles. Como consequência da inadequada consideração do aspecto humano do fenômeno, para uma grande maioria de homens e mulheres, a governança mundial da globalização não foi capaz até ao momento de melhorar as suas condições de vida nem de preparar-lhes um futuro promissor para os seus descendentes. Os benefícios que se poderiam obter de sociedades e economias abertas são imensos, contudo persistem desequilíbrios profundamente enraizados que são inaceitáveis desde o ponto de vista moral e insustentáveis desde o ponto de vista político.

O relatório «não oferece soluções milagrosas nem simples, porque estas não existem» mas apresenta recomendações muito explícitas à escala internacional, nacional e local que procuram encontrar um remédio às deficiências, não tanto da globalização, mas da sua governança.

Reforma no âmbito global

Definindo a globalização como um processo baseado em valores universais compartilhados e no respeito dos direitos humanos, a visão da mudança que a Comissão propõe focaliza-se na luta por:

- A implementação de políticas de desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas
- A constituição de Estados democráticos e eficazes
- O estabelecimento de regras comerciais justas que alimentem mercados produtivos e equitativos

¹ A versão integral do documento está disponível em espanhol em: <http://www.ilo.org/public/spanish/wcsdg/>

² A Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização foi co-presidida pela Presidente da República da Finlândia, Tarja Halonen, e pelo Presidente da República Unida da Tanzânia, Benjamin William Mkapa. A Comissão Mundial assumia a responsabilidade total e independente relativamente ao seu relatório e aos seus membros (cuja lista completa está disponível na sua [página Web oficial](#)) que participavam a título individual.

A Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização: um exemplo de diálogo e concertação entre distintos atores.

«Na nossa Comissão, estavam representados em termos gerais os distintos atores e interesses contrapostos que existem no mundo real. Co-presidida por dois Chefes de Estado em funções, um homem e uma mulher, uma do Norte e o outro do Sul, integraram a Comissão membros provenientes de países de várias partes do mundo, em todas as etapas de desenvolvimento, e pertencentes a âmbitos muito diferentes: governos, classe política, parlamentos, empresas e companhias multinacionais, organizações de trabalhadores, círculos universitários e sociedade civil².

No entanto, graças ao nosso objetivo comum, chegamos aos acordos compartilhados que têm à vossa frente. Como documento coletivo, o relatório difere bastante do que cada um de nós teria escrito a título individual, porém a experiência demonstrou-nos a utilidade e o poder do diálogo como instrumento de mudança. Escutando pacientemente e respeitosamente as distintas opiniões e interesses, podemos encontrar um terreno de entendimento. Estimulou-nos o fato de sabermos que era urgente adotar medidas para criar um processo de globalização justo e integrador. A única maneira de o conseguir era mediante acordos entre uma grande diversidade de atores em relação à linha de ação. Estamos convencidos de que a nossa experiência pode e deve reproduzir-se a uma maior escala, a fim de dar mais espaço ao diálogo que trata de atingir um consenso para atuar».

- Uma maior responsabilidade dos atores públicos e privados de todas as categorias que dispõem de capacidade para influenciar os resultados da globalização
- Chegar a compromissos mais fortes por parte das associações e organizações que intervêm na realização dos objetivos sociais e econômicos globais.

Sobre este último ponto, é interessante destacar a grande atenção prestada pelo relatório ao cumprimento dos Objetivos do Milênio, e sobre a necessidade de redobrar esforços para mobilizar novos recursos internacionais. Neste sentido, enfatiza-se a importância de melhorar a eficácia das Nações Unidas, um sistema multilateral que está dotado para encabeçar o processo de reforma, mas que tem que melhorar a qualidade da sua governança, «especialmente no que concerne o caráter democrático da representação e da adoção de decisões, a prestação de contas perante a sociedade e a coerência política».

Começar pela própria casa

Sem entrar no mérito das recomendações concretas para a enorme variedade de países que há no mundo, a análise da mudança proposta pelo relatório baseia-se no plano nacional, onde realmente se encontra a raiz de grande parte do poder de decisão relativo às políticas que influenciam os equilíbrios mundiais. Define-se como urgente e indispensável reforçar em todo o mundo – mais nalguns países do que noutros – os elementos chave da democracia:

- Boa governança política baseada no respeito dos direitos humanos, o império da lei e a justiça social;
- Estado eficaz que potencie as capacidades das pessoas e lhes garanta uma qualidade de vida digna, promovendo um crescimento econômico estável e saudável e que promova a igualdade de gênero;
- Sociedade civil dinâmica e participativa que usufrua de organizações representativas dos interesses públicos, dos pobres e de outros grupos desfavorecidos;
- Sólidas organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores para estimular um diálogo social frutífero e o desenvolvimento responsável do setor privado.

O espaço local como base do sistema global

Várias seções do relatório debruçam-se sobre as políticas locais, incluindo a política econômica local e de emprego, a defesa do direito de expressão, a cultura e a identidade, assim como a criação de capacidades de produção locais que se possam manter numa economia global e respeitar as aspirações e prioridades do território. Enfatiza-se especialmente a importância das instituições, os seus papéis e capacidades e afirma-se a necessidade de uma maior descentralização, que deve ser acompanhada de um aumento das capacidades, recursos e quadros adequados para a democracia e a participação. O incremento das capacidades dos governos locais e de outros atores é um instrumento central para o desenvolvimento local, a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a redução da pobreza. Isto exige «a criação de instituições locais sólidas, democráticas e responsáveis» e «o reunir a multiplicidade de atores em redor de um projeto comum ».

De acordo com a Comissão Mundial «o espaço econômico local deve proteger-se à medida que se torna mais produtivo». Ao longo do relatório ressaltam-se algumas fontes de dinamismo econômico local que as instituições nacionais e internacionais deveriam apoiar: os serviços de desenvolvimento empresarial, o microcrédito, os agrupamentos de empresas locais e cooperativas, as redes de intercâmbio de informação e as tecnologias da informação e comunicação. ■

A Dimensão Social da Globalização

«Apesar do termo globalização ser utilizado de diversas formas, nele se cristaliza uma idéia fundamental, ou seja, a da integração progressiva das economias e das sociedades. Este processo está impulsionado pelas novas tecnologias, as novas relações econômicas e as políticas nacionais e internacionais de uma ampla gama de atores, que vão desde os governos e as organizações internacionais até às empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil. A dimensão social da globalização refere-se ao impacto que este processo tem na vida e no trabalho das pessoas, assim como nas suas famílias e sociedades. Frequentemente colocam-se preocupações e questões relacionadas com o impacto da globalização no emprego, as condições de trabalho, a renda e a proteção social. Mais para além do mundo do trabalho, a dimensão social engloba as questões relativas à segurança, à cultura e à identidade, a inclusão ou a exclusão social e a coesão das famílias e das comunidades».

As Nações Unidas: o apoio ao desenvolvimento local no novo milênio

Desde sua fundação em 1945, as **Nações Unidas (ONU)** e seu sistema de organizações trabalham para que todas as pessoas, qualquer que seja sua condição, se possam desenvolver e contribuir ao bem-estar da sua comunidade. Para isso, desenvolvem-se ações e projetos que abrangem áreas tão diversas como os direitos humanos, o desenvolvimento econômico e social, a proteção da infância ou o respeito da propriedade intelectual.

A ONU dedica uma grande parte dos seus recursos para cumprir o compromisso de promover níveis de vida mais elevados, trabalho digno para todos e melhores condições de progresso e desenvolvimento econômico e social, sendo o “desenvolvimento” um dos seus desafios fundamentais. Sem sombra de dúvidas, o papel das Nações Unidas tem sido crucial ao longo dos últimos 50 anos no que concerne à criação de um consenso internacional em redor do conceito de desenvolvimento e, na última década, a atenção dos países membros concentrou-se nas áreas que, juntas, constituem os pilares desse desafio: o desenvolvimento sustentável, a igualdade e a equidade de gênero, os direitos humanos, a proteção meio ambiental e a boa administração dos assuntos públicos.

A promoção do desenvolvimento se traduz na prática através do labor das numerosas agências do sistema, que estão presentes em todo o mundo e promovem políticas e implementam programas cuja missão é responder a necessidades sociais, econômicas ou a emergências de todos os tipos. Limitando a reflexão ao impacto que o mandato das Nações Unidas tem no “desenvolvimento local”, três eventos específicos estabeleceram um quadro de atuação muito explícito: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Brasil, 1992), a Cúpula do Milênio do ano 2000 e a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, África do Sul, 2002).

Na Conferência do Rio de Janeiro, estabeleceu-se um modelo de desenvolvimento sustentável – **a Agenda 21** – baseado em quatro dimensões paralelas: sócio-econômica, eco-

As “**organizações de caráter internacional**” são aquelas que transcendem as fronteiras nacionais e podem ser definidas – segundo o direito internacional – como associações voluntárias de estados, estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes próprios e independentes, encarregados de administrar interesses coletivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta da dos seus membros. As organizações internacionais cumprem um papel determinado e fundamental no desenvolvimento e na cooperação e, nas últimas décadas, o número de acordos e iniciativas que estimulam a colaboração transnacional com esse intuito cresceu enormemente.

@local.glob quer dedicar um espaço de reflexão nas suas páginas para analisar o papel que as organizações internacionais vão assumindo, cada vez mais diretamente, no apoio aos processos de descentralização e desenvolvimento local, considerando tanto as agências das Nações Unidas, como todas as outras organizações de caráter internacional cujo trabalho esteja orientado ao desenvolvimento sustentável das comunidades de todo o mundo.

lógica, de fomento à participação e financeira. A Agenda 21 representa um consenso global conseguido pelos governos na definição dos objetivos básicos e dos lineamentos concretos para pôr em marcha políticas de desenvolvimento sustentável, tanto a nível internacional como nacional e local.

Em setembro do ano 2000 os 191 estados membros, durante a celebração da Cúpula do Milênio, comprometeram-se com uma iniciativa ainda mais ambiciosa e sem precedentes: **os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, que são metas mundiais a serem seguidas para reduzir a pobreza, suas causas e manifestações. Esses objetivos constituem um quadro para que todo o sistema da ONU trabalhe de forma conjunta e coerente em prol de um fim comum. Para o ano de 2015, estabeleceram-se os seguintes objetivos: erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS (VIH/SIDA), a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, e fomentar uma parceria mundial para o desenvolvimento¹.

O compromisso dos chefes de estado e de governo em prol

¹ Para avaliar o andamento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os governos concordaram em estabelecer 18 metas específicas e 48 indicadores para medir o progresso. Mais informação em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>

do desenvolvimento sustentável foi reafirmado na **Cúpula Mundial** de Joanesburgo do ano de 2002, na qual se aprovou um Plano de Aplicação das Decisões, alinhado com os Objetivos do Milênio (ODM).

Todas as agências do sistema têm a responsabilidade de contribuir para pôr em prática os objetivos formulados, elaborando estratégias e planos de ação baseados no enquadramento estabelecido. Por outro lado, os países envolvidos têm a responsabilidade de empreender reformas políticas para liberar a energia criativa das suas populações e fortalecer a capacidade dos governos e das comunidades locais para levar adiante iniciativas de desenvolvimento sustentável que contribuam ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

No que concerne o **impacto que a meta de 2015 pode ter a nível local**, duas agências das Nações Unidas, em particular, estão realizando um trabalho fundamental atuando junto aos atores locais de muitos países do mundo: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT)².

O **PNUD** promove seis áreas de ação, que têm um impacto direto nos Objetivos do Milênio: a governabilidade democrática, a redução da pobreza, a prevenção e reconstrução das crises, o meio-ambiente e fontes de energia e o HIV/AIDS (VIH/SIDA). São campos de ação muitos amplos nos quais todos os projetos realizados se inter-relacionam para apoiar, fomentar e impulsionar o desenvolvimento sustentável e fortalecer, ao mesmo tempo, os processos de desenvolvimento local e a descentralização.

O PNUD presta apoio aos países que se esforçam por estabelecer a governabilidade num contexto democrático, criando associações que fomentam a participação, a responsabilidade e a eficácia em todos os níveis. Trabalha para fortalecer os seus sistemas eleitorais e legislativos, melhorar o acesso à justiça e à administração pública, e desenvolver uma maior capacidade para fazer com que os serviços básicos cheguem aos que mais os necessitam. Igualmente, dedica uma grande parte dos seus esforços à resolução de conflitos violentos ou à oferta de ajudas para fazer face a desastres naturais, que podem em poucos dias cancelar décadas de desenvolvimento e intensificar a pobreza e a desi-

gualdade. Também desenvolve projetos no setor da energia e meio-ambiente, por constituírem dois aspectos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Com o intuito de impedir a propagação do HIV/AIDS e reduzir suas conseqüências, os países em desenvolvimento necessitam mobilizar todos os níveis de governo e da sociedade civil. O PNUD propugna que a questão do HIV/AIDS esteja no centro do planeamento e dos orçamentos nacionais; ajuda na criação de capacidade nacional para administrar iniciativas que incluam pessoas e instituições normalmente não comprometidas diretamente com questões de saúde pública, e promove respostas descentralizadas que apoiem iniciativas a nível da comunidade. Considerando que o HIV/AIDS é um problema mundial, o PNUD apóia esses esforços nacionais facilitando o acesso a conhecimentos, recursos e às melhores práticas de todo o mundo.

Em cada uma dessas esferas temáticas, o PNUD defende a proteção dos direitos humanos e especialmente o empoderamento da mulher. Mediante a sua rede mundial, procura identificar e difundir os meios para promover a igualdade entre os sexos como uma dimensão essencial para assegurar a participação e responsabilidade políticas.

Um exemplo muito atual de como o PNUD traduz os Objetivos do Milênio em ações concretas de desenvolvimento local é o projeto **Capacidade 2015**, cujo objetivo principal é o de apoiar o andamento das iniciativas de desenvolvimento local orientadas ao cumprimento dos Objetivos do Milênio. No dia 3 de março de 2005 criou-se o último projeto do Capacidade 2015 em Darién, no Panamá. Trata-se da criação de um Centro de Gestão Local que aglutina representantes do município, membros de mais de 50 organizações comunitárias e autoridades indígenas. Todos esses atores trabalham conjuntamente e de forma participativa para superar os desafios de pobreza na região. Concretamente, identificam as prioridades da comunidade, planejam projetos e mobilizam recursos para levá-los adiante. Como seu nome sugere, Capacidade 2015 consegue isso criando capacidades, ou seja, fortalecendo a habilidade que as pessoas, as organizações e as sociedades têm para resolverem seus próprios problemas de desenvolvimento e atingirem, assim, os ODM. Além disso, põe à disposição dos países uma rede de conhecimento conhecida como Rede de Informação e Aprendizagem (ILN, segundo a sua sigla em inglês) para conectar as pessoas e

² Em números sucessivos da [@local.glob](#), revisaremos as atividades das outras agências mais importantes do sistema das Nações Unidas, incluindo, logicamente, a OIT.

as organizações com experiências de sucesso no âmbito do desenvolvimento local. Juntamente com Cuba, Haiti, Guatemala, Costa Rica, El Salvador e Nicarágua, Panamá é um dos sete países da América Latina onde o Capacidade 2015 mantém projetos piloto de desenvolvimento local. Em 2005 estenderá sua área de trabalho à sub-região andina no Equador e Venezuela e, para 2006, ampliará suas responsabilidades à sub-região do Cone Sul.

UN-HABITAT procura atingir a sustentabilidade ambiental e social dos povos e cidades visando conseguir uma “casa adequada para todos” e o “desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos num mundo em processo de urbanização”. O programa UN-HABITAT surgiu da necessidade de enfrentar um crescimento inédito da população urbana, principalmente nos países em vias de desenvolvimento. Muitas cidades com problemas ambientais, um crescimento rápido e um desenvolvimento econômico lento, não conseguiram gerar empregos suficientes, proporcionar moradia adequada nem satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos. É por estas razões que o programa UN-HABITAT desenvolve projetos que possam melhorar as condições de vida tanto nas zonas urbanas como nas rurais, já que ao mesmo tempo que se luta contra a pobreza urbana, tenta-se erradicar a pobreza, melhorar as condições de vida, bem como criar oportunidades de emprego e de educação nos assentamentos rurais, nas cidades pequenas e médias e nos povoados das zonas rurais.

Podemos dizer que o UN-HABITAT constitui um apelo mundial para a ação a todos os níveis. Oferece um quadro de objetivos, princípios e compromissos, que permitem criar projetos e atividades que visam converter essa visão em realidade.

Um dos projetos de mais sucesso e reconhecimento do UN-HABITAT é o das **Melhores práticas e programa de liderança local (BLP)**, segundo a sua sigla em inglês). Nasceu em 1977 com base nos objetivos concordados para a Habitat Agenda, o principal documento político que surgiu após a conferência Habitat II realizada em Istambul³.

O programa forma uma rede de trabalho global de agências governamentais, autoridades locais e parceiros, instituições profissionais e acadêmicas e organizações de base dedicadas à identificação e ao intercâmbio de soluções para o desenvolvimento sustentável. O objetivo principal do BLP é conscientizar sobre temas ambientais, econômicos e sociais e informar sobre as práticas e as decisões políticas mais relevantes que foram realizadas nos âmbitos locais sobre desenvolvimento urbano, governabilidade urbana, desenvolvimento econômico, inclusão social, prevenção da criminalidade, redução da pobreza, gênero, juventude, patrimônio cultural, financiamento municipal e gestão, infra-estruturas e serviços sociais. Deste modo consegue-se um âmbito de aprendizagem onde se divulgam atividades de formação, liderança e desenvolvimento político, para contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades e comunidades.

Para levar a cabo essas ações o BLP criou uma base de dados na qual se recolhem documentos e avaliações sobre as melhores práticas, exemplos de boas políticas e legislações elaboradas, estudos de casos e breves metodologias de aplicação. Dela participam tanto profissionais e especialistas como pessoas em geral que têm contato direto com ações de desenvolvimento no âmbito local.

Uma das atividades mais conhecidas e significativas que o BLP realiza é a entrega do Prêmio Internacional às melhores práticas de melhoria das condições de vida. É um prêmio atribuído a cada 2 anos pelo Município de Dubai, nos Emirados Árabes, onde se destacam as 10 melhores práticas realizadas no âmbito do desenvolvimento local. É uma iniciativa de sucesso, que consegue um impacto na qualidade de vida das pessoas, por ser o resultado do trabalho efetivo conjunto de setores da sociedade pública, privada e civil, para além de serem ações social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis. Como resultado de quatro edições do Prêmio Internacional de Dubai, em 1996, 1998, 2000 e 2002, atualmente existem mais de 1.600 boas e melhores práticas de 140 países na base de dados das Melhores Práticas. ■

Para quem quiser maiores informações sobre o assunto, as páginas web relacionadas são:

- Nações Unidas: <http://www.un.org>
- Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas para o milênio: <http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/index.html>
- PNUD: <http://www.undp.org>
- Capacidade 2015: <http://www.undp.org/wssd/spanish/Capacity2015-S.html>
- UN-HABITAT: <http://www.unhabitat.org>
- Best practices : <http://www.bestpractices.org>

³O Programa Delnet do CIF/OIT é um dos parceiros desta iniciativa.

O Programa Delnet do Centro Internacional de Formação da OIT

Em 1998 o Delnet, acrônimo de Rede de Desenvolvimento Local, nasce como um programa de apoio ao desenvolvimento local do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, agência especializada das Nações Unidas. Nestes sete anos de atividade, foi tecendo uma rede de mais de mil instituições em 55 países de todo o mundo.

A descentralização e a devolução de competências dos poderes centrais às administrações de âmbito local tem sido uma tendência constante nos últimos tempos. Como conseqüência, os níveis locais estão assumindo responsabilidades cada vez maiores no desenvolvimento do território e na melhoria da qualidade de vida das pessoas que o habitam. Levar a cabo estas tarefas exige, porém, capacidades humanas e institucionais para uma gestão eficaz considerando não só as questões econômicas, mas também sociais. O objetivo do Delnet é facilitar o acesso ao conhecimento global e local de forma a que os atores locais possam oferecer soluções de maior solidez aos problemas comuns dos cidadãos.

O Delnet destina os seus serviços a um amplo número de técnicos, gestores e responsáveis de instituições públicas e privadas envolvidas no desenvolvimento local, como por exemplo, municípios, governos provinciais e regionais, organizações empresariais, ONG's, centros de pesquisa, universidades, etc.. Concretamente, o Delnet oferece quatro tipos de serviços: formação a distância, informação e publicações atualizadas, assessoria técnica, e o fomento do intercâmbio de experiências a nível local, nacional e internacional graças ao trabalho em rede.

Delnet apoia os processos de Desenvolvimento Local e descentralização fortalecendo a capacidade dos atores locais através da formação, da informação, da assessoria técnica e do trabalho em rede.

Todos esses serviços pretendem apoiar os participantes no seu trabalho cotidiano no campo do desenvolvimento local, oferecendo tanto um quadro teórico como ferramentas práticas, como, por exemplo, uma biblioteca virtual, publicações técnicas especializadas, guias práticos, ou linhas diretas de informação.

Esta abordagem tem sido possível graças à utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação que permitem chegar, em tempo real, a lugares onde antes era difícil, senão impossível, levar a informação. É crucial que as pessoas que operam a nível local tenham acesso ao conhecimento e sejam capazes de utilizá-lo com o intuito de participarem, aproveitarem e serem criativas no novo contexto globalizado. Fomentando a utilização das TIC, o Delnet trabalha a favor da inclusão digital e da superação das desigualdades no acesso à utilização e usufruto das mesmas.

Foi justamente este um dos pontos fortes do Delnet desde os seus primórdios, a criação de redes de intercâmbio que permitem romper o isolamento geográfico de diversas comunidades locais dispersas. Deste modo, os participantes tornam-se simultaneamente receptores e provedores de conhecimento e experiências de utilidade, por compartilharem publicações e boas práticas e o contínuo intercâmbio de idéias com colegas situados em outros lugares do mundo.

Este mesmo espírito e filosofia de trabalho é a que fez com que o Delnet ousasse criar mais um instrumento de trabalho, editando uma revista que dê voz a todas as pessoas que trabalham dia a dia a favor do desenvolvimento local, facilitando ainda mais a comunicação e fomentando a democratização da informação.

@[local.glob](https://www.local.glob) é publicada graças ao apoio financeiro e técnico de:

- Município da Cidade de Sevilha, Espanha
- CajaGRANADA, através da sua Fundação CajaGRANADA
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
 - Fundação Interamericana
- Centro Internacional de Formação da OIT,
Programas Técnicos e Regionais



Centro Internacional de Formação da
Organização Internacional do Trabalho

Viale Maestri del Lavoro, 10 • 10127 Turim, Itália.

Tel.: 011 693 6365 • Fax: +39 011 693 6477
E-mail: delnet@itcilo.org • URL: www.itcilo.org/delnet